O cargo em comissão, também denominado cargo de confiança, é ocupado por pessoa que desfruta da confiança daquele que nomeia ou propõe a nomeação, preenchido com o pressuposto de temporariedade, sem garantia alguma, pois é de livre exoneração. Portanto o vínculo do servidor com a administração a época do fato era precário e demissível *ad nutum*.

Ora, é tão patente tal fato que o servidor foi efetivamente demitido *ad nutum* em 02.09.04, conforme consta em sua ficha funcional anexa (fls. 48/52).

A autoridade que instaurou o presente processo administrativo disciplinar observou tão bem tais fatos que nomeou o presidente da Comissão nos moldes do art. 64 da LC nº 37/04:

Art. 64. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três policiais civis estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

Foi nomeado como Presidente da comissão processante o Agente de Polícia Civil Antônio Francisco Soares Rocha, possuindo inclusive maior nível de escolaridade que o denunciado Manoel de Sousa Coelho, face este possuir apenas o nível fundamental, conforme consta em sua ficha funcional fls. 48/52. Ademais, deve ser enfatizado que não havia nenhum Delegado de Polícia sendo processado, o vínculo do Manoel de Sousa Coelho com a administração era de ocupante de cargo em comissão.

Do exposto, rechaço totalmente os argumentos de nulidade do presente feito, discordando do Despacho da Procuradoria Geral do Estado (fls. 164/169).

Ressalte-se que a Comissão Processante em seu relatório fls. 144/156 observou que a Manoel de Sousa Coelho apenas caberia a destituição do cargo comissionado se ainda fosse ocupante. Afinal ao ocupante de cargo comissionado que não é servidor efetivo somente cabe a destituição do cargo comissionado. No caso o Sr. Manoel de Sousa Coelho foi exonerado no dia 02.09.04.

No mérito adotando o que consta nos autos do processo em apreço, especialmente o Relatório da Comissão Processante (fls. 144/156), o qual acolho na integralidade, como motivação para prolar esta decisão, constituindo parte integrante da mesma, em conformidade com o disposto no § 1º, do art. 50, da Lei Federal nº 9.784/99, c/c § 7º, do art. 164, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94 e art. 59, da Lei Complementar nº 37/04, analisando a ficha funcional dos processados, **DECIDO, IMPOR** a penalidade administrativa de **ADVERTÊNCIA** aos servidores **Francisco Carlos Pereira dos Santos**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 086.747-X, e **Luiz Gonzaga da Silva**, Motorista, matrícula nº 0302635-5, por terem infringido o disposto no artigo 58, XIX da Lei Complementar nº 37/04. Bem como determino que seja encaminhada cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.

Teresina, 22 de dezembro de 2008.

Del. Robert Rios Magalhães
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIANº 12.000- 546/GS/08 Teresina, 23 de dezembro de 2008.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 162, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94;

CONSIDERANDO o teor do Julgamento prolatado em **23 / 12 / 08** no Processo Administrativo Disciplinar nº **11/GPAD/04**, instaurado pela Portaria nº 124/CGPC/2004, de 03.11.04,

RESOLVE

- 1) Com suporte nos arts. 59 e 65, da Lei Complementar nº 37, de 10.03.04, sopesadas as circunstâncias previstas no art. 149, da Lei Complementar nº 13/94, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 025, de 15.08.01, aplicar a penalidade administrativa de **ADVERTÊNCIA** ao servidor **FRANCISCO CARLOS PEREIRA DOS SANTOS**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 086.747-X, por ter infringido o disposto no art. 58, XIX da Lei Complementar Estadual nº 37, de 09 de março de 2004; e
- 2) Determinar à Gerência de Gestão de Pessoas que promova o assentamento da referida penalidade, dando-se ciência prévia ao processado.

COMUNIQUE-SE. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

Robert Rios Magalhães
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIANº 12.000- 547/GS/08 Teresina, 23 de dezembro de 2008.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 162, da Lei Complementar nº 13, de 03.01.94;

CONSIDERANDO o teor do Julgamento prolatado em **23 / 12 / 08** no Processo Administrativo Disciplinar nº **11/GPAD/04**, instaurado pela Portaria nº 124/CGPC/2004, de 03.11.04,

RESOLVE

- 1) Com suporte nos arts. 59 e 65, da Lei Complementar nº 37, de 10.03.04, sopesadas as circunstâncias previstas no art. 149, da Lei Complementar nº 13/94, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 025, de 15.08.01, aplicar a penalidade administrativa de **ADVERTÊNCIA** ao servidor **LUIZ GONZAGA DA SILVA**, Motorista, matrícula nº 0302635-5, por ter infringido o disposto no art. 58, XIX da Lei Complementar Estadual nº 37, de 09 de março de 2004; e
- 2) Determinar à Gerência de Gestão de Pessoas que promova o assentamento da referida penalidade, dando-se ciência prévia ao processado.

COMUNIQUE-SE. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

Robert Rios Magalhães
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

OF. 1006

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 12/GPAD/2008
PORTARIA Nº 147/GAB/2008, DE 28.07.08
PROCESSANTE: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCESSADO: VALDECIALVES DA SILVA

JULGAMENTO

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar nº 12/GPAD/2008, instaurado por força da Portaria nº 147/GAB/2008 de 28.07.08, da Corregedora Geral da Polícia Civil, objetivando apurar falta disciplinar atribuída ao policial civil **VALDECIALVES DA SILVA**, Agente de Polícia Civil de 1ª Classe, matrícula nº 044.535-5, nos fatos constantes do *considerandum* daquela Portaria a qual informa que referido servidor teria negligenciado a guarda de presos custodiados na Delegacia do 1º Distrito Policial de Floriano-PI que fugiram dia 21.05.08, plantão do referido servidor, deixando também de comunicar à autoridade policial superior sobre o plano de fuga que o referido policial teria conhecimento, que fora concretizado no dia 21.05.08, no 1º Distrito Policial de Floriano-PI, local onde o servidor é lotado e desempenha suas funções.

Regularmente instalada, a Comissão Processante passou a desenvolver atividades de instrução processual da seguinte forma:

- 1) Citação do imputado para apresentar defesa prévia (fl. 15);
- 2) Defesa Prévia (fls. 18/19);
- 3) Oitiva de José Mário de Jesus, Abel Silva dos Santos, Francisco Paulo Pereira, Manoel Medeiros da Paixão de Cristo (fls. 33/41);
- 4) Auto de Qualificação e Interrogatório do Imputado (fls. 42/43).

A comissão Processante, em seu fundamentado Relatório (fls. 46/49), analisando o conteúdo probatório contido nos autos, concluiu pela não responsabilização do imputado, restando ao mesmo absolvição antecipada, vez que ficou comprovado que ele não concorreu para que a fuga se realizasse, não sendo imputável a ele nenhuma punição disciplinar.

Encaminhado o processo à Procuradoria Geral do Estado, para controle finalístico de legalidade, esta, por intermédio do fundamentado **PARECER PGE/CJ – Nº 274/08**, de 25.11.08 (fls. 54/66) e **DESPACHO Nº PGE 204/08** de 09.12.08 (fls. 67/70), concluíram pela aprovação do relatório apresentado pela Comissão Processante.

É O RELATÓRIO.

O Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado obedecendo a todos os requisitos legais, atendendo-se aos princípios da legalidade, publicidade, ampla defesa e contraditório.

Constata-se que a comissão processante exerceu suas atividades com independência e imparcialidade, atuando diligentemente na